

A boa tradução: entre o nacional e o estrangeiro

Juliane House — autora de importantes trabalhos sobre a avaliação de traduções — inicia seu artigo “*Translation quality assessment: linguistic description versus social evaluation*” perguntando: “Como sabemos quando uma tradução é boa?”, e afirmando que “essa simples pergunta se encontra no coração de todas as preocupações com a crítica de traduções” (2001, p.245).

A dificuldade em realizar uma crítica de tradução coerente se inicia com a ausência de parâmetros para expressar ou aferir a **qualidade** de determinada tradução (ver Rothe-Neves, 2002, p.114).

Buscando estabelecer tais parâmetros teóricos, tradutores e críticos têm discutido noções que afetam diretamente a prática da crítica de tradução, dentre elas: interpretação, fidelidade, equivalência, literalidade e fluência. Entretanto, como não há consenso sobre esses conceitos, tampouco há entendimento em torno do que seja qualidade em tradução ou uma metodologia amplamente satisfatória para a formulação da crítica de traduções.

Os conceitos de equivalência e fidelidade são, provavelmente, os mais referidos nas críticas. Na área de tradução essas são noções que possuem uma ligação muito estreita entre si e implicam em alguma medida as noções expressas pelos outros termos citados no parágrafo anterior. Ao discorrer sobre tradução, “equivalência” é o “termo usado por vários escritores para descrever a natureza e amplitude das relações existentes entre textos ou unidades linguísticas menores da língua-fonte (LF) e da língua-meta (LM)” (Shuttleworth & Cowie, 1999, p.49). Para House, há de se considerar que “acima e além de seu papel como um conceito constitutivo da tradução, ‘equivalência’ é o critério fundamental de qualidade tradutória” (2001, p.247).

Já “fidelidade” é o termo usado para “descrever em que medida um TT [texto traduzido] pode ser considerado um bom representante de um TO [texto original] de acordo com certo critério”. Nesse sentido, “tradicionalmente uma

tradução fiel é considerada aquela que apresenta uma forte semelhança [ou seja, equivalência] com o seu TO normalmente em termos ou da aderência LITERAL ao significado fonte ou da comunicação eficiente do ‘espírito’ do original” (Shuttleworth & Cowie, 1999, p.47).

Contemporaneamente, estudiosos pós-estruturalistas defendem que não há fidelidade a um original e sim à interpretação que dele se faz e à concepção que se tem do processo e produto tradutórios. Para esses estudiosos, segundo o poeta, tradutor, crítico e professor de tradução Paulo Henriques Britto,

os textos não possuem significados estáveis que correspondam a intenções que seus autores tivessem em mente ao escrevê-los (se é que os autores têm controle total sobre suas intenções); só temos acesso a nossas próprias leituras dos textos. Assim, quando dizemos que uma dada tradução é fiel ao original, estamos dizendo apenas que nossa leitura dessa tradução é fiel à nossa leitura do original; nada podemos afirmar sobre os textos em si (2006, p.239).

Rosemary Arrojo, por exemplo, defende que tradutores, leitores e, conseqüentemente, críticos são fiéis não ao texto “original”, mas àquilo que acreditam ser o original e a sua concepção de tradução (2005, p.44).

Mas a própria Arrojo diz mais adiante que, ainda que se conclua

que toda tradução é fiel às concepções textuais e teóricas da comunidade interpretativa a que pertence o tradutor e também aos objetivos que se propõe, isso não significa que caem por terra quaisquer critérios para a avaliação de traduções (2005, p.45).

Britto argumenta que, justamente por haver essa possibilidade de múltiplas interpretações, “é necessário analisar, discutir e tentar estabelecer consensos, ainda que parciais” (2006, p.240-241). E completa, afirmando:

ainda que não haja consenso absoluto, e ainda que cada um de nós faça seus julgamentos com base em seus próprios pressupostos, é possível utilizar o discurso racional para fazer avaliação e tecer considerações em torno de traduções, fazendo referência a certas propriedades dos textos traduzidos com relação às quais há um certo grau de acordo entre um bom número de pessoas envolvidas nas atividades de traduzir (Britto, 2006, p.252).

No que tange à discussão acerca da qualidade das traduções, há uma tradição cada vez mais forte que foi iniciada por Friedrich Schleiermacher em sua célebre conferência intitulada “Sobre os diferentes métodos de tradução”, proferida no dia 24 de junho de 1823 na Academia Real das Ciências de Berlim. Na década de 1980, Berman construiu a sua reflexão a partir da leitura que fez do pensamento de Schleiermacher. O pensamento de Berman, por sua vez, tornou-se referência central no trabalho de Venuti.

Para eles, a tarefa do tradutor — e por consequência a qualidade das traduções — deve ser discutida a partir de duas perspectivas, que podem ser apresentadas da seguinte forma: “[o]u o tradutor deixa o autor em paz e leva o leitor até ele; ou deixa o leitor em paz e leva o autor até ele” (Schleiermacher, 2001, p.43).

Para Schleiermacher, esses movimentos de afastamento ou aproximação do estrangeiro são bastante distintos. No primeiro caso, “o tradutor está empenhado em substituir, através de seu trabalho, a compreensão da língua de origem, que falta ao leitor” (2001, p.43). Nesse processo de aproximação, o tradutor “tentará transmitir aos leitores a mesma imagem, a mesma impressão que ele próprio teve através do conhecimento da língua de origem da obra, de como ela é, e tenta, pois, levá-los à posição dela, na verdade estranha para eles” (Schleiermacher, 2001, p.43 e 45). O segundo caso apresenta um método que “não exige nenhum empenho e esforço de seu leitor, que por magia lhe transfere o autor estrangeiro para seu presente imediato e que quer lhe mostrar a obra assim como ela seria, se o autor mesmo a tivesse escrito originalmente na língua do leitor” (Schleiermacher, 2001, p.63).

Para Berman, o “tradutor que traduz *para* o público é levado a trair o original, preferindo o seu público, a quem também trai, já que apresenta uma obra ‘arrumada’” (2007, p.65). Para ele, a atitude que tenta “[e]mendar as estranhezas de uma obra para *facilitar* sua leitura acaba por desfigurá-la, e, portanto, enganar o leitor a quem se pretende servir” (Berman, 2007, p.66). Assim, na atividade tradutória o profissional encontra-se na tensão entre “servir à obra, ao autor, à língua estrangeira (primeiro senhor) e de servir ao público e à língua própria (o segundo senhor)” (Berman, 2002, p.15). Como pode-se interpretar de suas afirmações, Berman considera uma má tradução aquela que, “geralmente sob pretexto de transmissibilidade, opera uma negação sistemática da estranheza da obra estrangeira” (2002, p.18). Esse tipo de tradução, chamada por ele de *etnocêntrica*, “tende a destruir o sistema do original” (Berman, 2002, p.20).

Segundo Venuti, em culturas associadas aos Estados Unidos e ao Reino Unido, um

texto traduzido, quer seja prosa ou poesia, ficção ou não ficção, é considerado aceitável pela maioria dos editores, resenhistas e leitores quando ele é **fluente**, quando a ausência de qualquer peculiaridade linguística ou estilística faz com que ele pareça transparente, dando a impressão que reflete a personalidade ou a

intenção do escritor estrangeiro ou o significado essencial do texto estrangeiro — a impressão, em outras palavras, de que a tradução não é de fato uma tradução, mas o “original” (1995b, p.1, grifo meu).

Essa postura, chamada por Venuti de *domesticadora*, é veementemente condenada por ele, já que ela promove um apagamento do tradutor e de seu trabalho, causando o que ele chama de “invisibilidade do tradutor”, que seria a causa da desvalorização desse profissional e de seu trabalho. Aliás, para este autor, um texto traduzido “não pode ser confundido nem com o texto na língua-fonte nem com um texto originalmente escrito na língua-meta”. Para ele, “a tradução deve ser vista como um *tertium datum*, que ‘soa estrangeiro’ para o leitor, mas tem uma aparência opaca” para que deixe “visível a intervenção do tradutor, seu confronto com a natureza alienígena do texto estrangeiro” (Venuti, 1995a, p.118). Disso se pode inferir que para Venuti uma boa tradução é aquela em que o tradutor deixa marcas, em que ele revela a natureza estrangeira do texto.

Vale ressaltar que as avaliações de Berman e Venuti foram feitas em contextos específicos de culturas que tendem a valorizar o que é nacional, em detrimento do estrangeiro. Berman desenvolve a sua argumentação se opondo à tradição francesa de modificar os textos estrangeiros de tal modo que parecessem originalmente escritos no francês, movimento que criou as chamadas “belas infiéis”; Venuti se coloca contra a dominação imperialista anglo-americana que apaga o estrangeiro, causando a invisibilidade da tradução. Por outro lado, estudiosos da tradução que avaliam a qualidade dos textos traduzidos em uma cultura “invadida” por ingredientes estrangeiros talvez percebam uma tradução estrangeirizadora (ou anti-etnocêntrica) como uma forma de “colonização”.

Além dos posicionamentos assumidos por esses autores, a qualidade das traduções e os seus métodos de avaliação são estudados por algumas outras abordagens que passo a apresentar. House, autora do verbete “Qualidade da tradução” (*Quality of translation*) da *Routledge encyclopedia of Translation Studies*, descreve ali três delas: abordagens anedóticas e subjetivas (*anecdotal and subjective*), que têm um tratamento intuitivo da qualidade das traduções, não são teóricas por natureza e “tendem a ver a qualidade de uma tradução como algo dependente do tradutor e de sua competência artística, suas intuições e seu conhecimento pessoal”; abordagens psicolinguísticas, que visam uma reação (*response-oriented, psycholinguistic approaches*), que são “voltadas para a

comunicação e focadas na obtenção da **equivalência dinâmica** (Nida, 1964) entre o texto fonte e a tradução”; e as abordagens baseadas nos textos (*text-based approaches*), que “podem ser informadas pela linguística [como a de Reiss], pela literatura comparada [como a dos Estudos Descritivos da Tradução] ou por modelos funcionais [como a da *Skopos theory* de Reiss e Vemer]” (House, 2000, p.197).

Katharina Reiss, a principal representante dessa última abordagem, anuncia no prefácio de seu livro *Translation criticism – the potential & limitations*, que fora publicado pela primeira vez em 1971, que seu modelo de avaliação de traduções pretende “formular categorias e critérios objetivos para a avaliação de todos os tipos de tradução” (2000, p.xi). Segundo House (2000, p.198), Reiss sugere em sua proposta que a referência mais importante na tradução é o tipo de texto a que o texto-fonte pertence, porque é essa tipologia que determina as escolhas que o tradutor tem que fazer.

Além das três abordagens, House apresenta o seu próprio modelo, classificado como pragmático-funcional. A autora esclarece que em seu modelo o requisito básico para uma boa tradução é que ela mantenha uma “função” equivalente à do original (House, 2000, p.198).

Chama-me a atenção o fato de House não mencionar o trabalho de Antoine Berman, o qual também faz importante contribuição, com sua proposta de modelo, para a crítica de tradução literária⁷.

A diversidade de visões e propostas para a crítica de traduções reflete o fato de que este não é um campo simples. Para Rodriguez, a dificuldade de se estabelecerem critérios reais e mais objetivos ocorre por duas razões: “primeiro, [como já discutido no capítulo anterior,] avaliação de tradução é uma noção muito ampla; segundo, um grande número de fatores condiciona uma tradução, o que implica que um único modelo de avaliação não inclui todas as características específicas de um texto” (2004, p.38).

No Brasil, Paulo Britto — apontado por Cardozo como um dos profissionais “que, no exercício da crítica, demonstram ser sensíveis às especificidades da atividade tradutória, bem como às condições e objetivos que pautam, como projeto, a realização da tradução” (2004, p.10, nota) — apresenta, em seu artigo

⁷ As propostas de crítica de Reiss (2000), House (1981, 1997) e Berman (1995) serão descritas mais detalhadamente no próximo capítulo.

“Para uma avaliação mais objetiva das traduções de poesia”, um esboço de “uma metodologia para a avaliação da tradução poética” em que propõe um exame “sistemático dos diferentes níveis da linguagem envolvidos no poema” (Britto, 2002, p.54).

O título do artigo nos mostra que, para Britto, não só a avaliação de tradução poética é possível, mas também que ela pode ser realizada com alguma objetividade. Para alcançar essa objetividade, Britto trabalha com as noções de “correspondência” e de “perda na tradução poética”, pois, para ele, quanto maior a correspondência entre os componentes dos elementos formais e semânticos do original e os de sua tradução, menor será a perda sofrida pelo texto durante o processo (ver Britto, 2002, p.54-67).

Mesmo sendo voltada para aspectos próprios da poesia, a proposta de Britto se aproxima à de teóricos de outras nacionalidades por também pretender ser um caminho promissor no sentido de chegar a uma avaliação menos subjetivista das traduções, que trabalhe com dados mais objetivos e permita quantificar os juízos de valor expressos através desses conceitos. Entretanto, por ser considerada apenas um esboço e dedicar-se apenas às traduções de poesia, a proposta de Britto (2002) não figurará entre os modelos selecionados para servirem de referente em minha análise das críticas da “Versão Brasileira”. Para isso, selecionei três trabalhos: a proposta funcionalista de Katharina Reiss (2000), o modelo pragmático de avaliação de traduções de Juliane House (1991;1997), e o modelo antietnocêntrico de crítica sugerido por Antoine Berman (1995).

Desse modo, acredito fornecer distintas visões e propostas que organizarão minha análise e que permitirão um melhor entendimento do trabalho do crítico Gabriel Perissé.